

ANA E O REI OU A JUSTIFICAÇÃO DO COLONIALISMO ATRAVÉS DO CINEMA¹

Susana Guerra²

Resumo: Uma questão que levanta o estudo da história da Ásia é que esta constrói-se, em princípio, da memória que o ocidente tem da mesma, uma memória parcial que implica uma marcada perspectiva “orientalista”. Partindo da análise de duas produções de Hollywood (“Ana e o Rei do Sião” e “O Rei e Eu”), veremos em que medida o cinema pode funcionar historicamente ao nível da justificação ideológica do colonialismo, colocando em cena uma história individual (a relação formativa e romântica entre Anna, preceptora inglesa na corte siamesa do século XIX, com o rei do Sião) como elaboração feliz de um conflito político cujas secretas violências vêm encobrir, naturalizando uma relação de forças desigual - a ocidentalização forçada do Sião, num momento em que fazia-se sentir em pleno a expansão do imperialismo britânico pelo continente asiático.

Palavras-chave: cinema; orientalismo; memória; Sião; imperialismo

Abstract: A question that raises the study of Asia history is that it is built, in a way, from the memory that West has from it, a partial memory that implies a strongly marked orientalist perspective. Taking the analysis of two Hollywood productions (“Anna and the King of Siam” and “The King and I”), we will see in what measure cinema can operate historically on the level of the ideological justification of colonialism, placing on stage an individual history (the formative, romantic relationship between Anna, english governess at the siamese court of the 19th century, and the king of Siam) as the happy draw of a political conflict which, in its secret violences, it comes to cover up, making natural such a unequal balance of power – Siam’s forced westernization in a moment that british imperialism was to be feel in full in Southeast Asia at its highest.

Keywords: cinema; orientalism; memory; Siam; imperialism

Uma questão que levanta o estudo da história da Ásia é que esta constrói-se, em princípio, a partir da memória que o ocidente tem da mesma, uma memória parcial que implica uma marcada perspectiva “orientalista”.

Partindo da análise de duas produções de Hollywood (“Ana e o Rei do Sião”, de 1946 e “O Rei e Eu”, de 1956), veremos em que medida um objeto cinematográfico pode funcionar historicamente ao nível da justificação ideológica do colonialismo, colocando em cena uma história individual (a relação formativa e romântica entre Anna, preceptora inglesa na corte siamesa do século XIX, com o rei do Sião) como elaboração feliz de um conflito político cujas secretas violências vêm encobrir, naturalizando uma relação de forças desigual (a ocidentalização forçada do Sião, num momento em que se fazia sentir em pleno a expansão do imperialismo britânico pelo continente asiático).

¹ Este texto faz parte da dissertação de doutorado em curso, intitulada “Relações entre Portugal e a Tailândia no século XX”.

² Doutoranda em História. Orientador Prof. Dr. Jorge Fernandes Alves. Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Porto, Portugal. Bolsista da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia - Lisboa, Portugal. E-mail: guerralocal@gmail.com

Assim, a interpretação cinematográfica daquela que foi a relação tensa entre uma potência ocidental hostil e um reino asiático que lutava para manter a independência, nos dá a versão da preceptora que orienta o governo de um reino asiático partindo dos seus próprios valores ocidentais, nos remetendo para a ideia de civilização ou barbárie, prerrogativa dos movimentos expansionistas da época moderna, igualmente legitimadora dos impérios ocidentais de final do séc. XIX.

Assim, resta, a partir da leitura pontual destas duas obras, marcadas por construções ocidentais acerca do oriente, mas sobretudo, a partir do não dito, do insinuado e do encoberto, deduzir e reconstruir - muitas vezes desconstruindo o discurso explícito - essa história.

“*Ana e o Rei do Sião*”³, é um filme de John Cromwell de 1946, produzido em Hollywood, com Rex Harrison e Irenne Dunne nos principais papéis, e nos relata a história de uma mulher, Anna, que em 1862 chega ao Sião após ter sido contratada pelo monarca, para trabalhar como preceptora na escola do palácio, onde deveria ensinar língua e cultura inglesa às suas mulheres e filhos, incluindo o príncipe herdeiro⁴.

Anna, mulher branca de origem europeia, à chegada a Banguecoque é confrontada de imediato com uma população na qual não se reconhece e a todo o momento com uma cultura que não entende, o que a leva consecutivamente a considerar essa cultura como inferior à sua própria cultura, na quase totalidade das suas manifestações diversas e inacessíveis: o monarca age como déspota e o seu governo autoritário submete um povo bárbaro, de costumes primitivos, cifrados numa sociedade caótica⁵.

Anna vai então partir da sua posição inicial, de professora dos filhos do rei, e munida de valores ocidentais (britânicos) que pressupõe superiores, se adjudicar a tarefa (científica, logo, ocidental) de trazer o conhecimento aos siameses que lhes permita alcançar a sabedoria e um estado de civilização necessário para colocar o Sião no caminho do progresso, trilhado desde sempre pelas nações do ocidente.

O rei, de carácter volúvel e instável, reconhece que o Sião é considerado pelas demais potências estrangeiras como incivilizado e a sua aspiração em alinhar o reino com os valores

³*Anna And The King Of Siam* (1946), de John Cromwell, com Rex Harrison e Irene Dunne, 20th Century Fox. Ao contrário das versões seguintes, o filme pode estrear na Tailândia, mas uma segunda exibição foi proibida, quatro anos mais tarde. A obra viu a sua exibição proibida na Índia, país que acabava de conquistar a sua independência face ao império britânico. O governo da União Indiana entendeu que o modo como o rei siamês estava representado refletia uma abordagem insultuosa a um monarca asiático pelos ocidentais. Tal como referem Baker & Phongpaichit, um clássico do orientalismo norte-americano (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 148, 274).

⁴ Chulalongkorn (Rama V) foi o 5º monarca da Dinastia Chakri, e governou o Sião de 1868 a 1910.

⁵ No filme, Anna sempre usa o termo “bárbaros” para se referir aos siameses e à sua cultura. “Por todos os lados, os meus olhos se maravilhavam com vasos raros, copos e caixas ornamentadas (...), orientais e europeias, antigas e modernas, misturando o velhos esplendores bárbaros com a graça das mais jovens artes”. LEONOWENS, Anna. *The English Governess at the Siamese Court*: Singapore: Oxford University Press, 1988 [1870], pag. 14-15 (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 39).

do ocidente, encontra eco na vontade de os transmitir em Anna, que se considera qualificada pela sua origem e se compraz em o ajudar na consecução do seu desejo – trazer conhecimento ao Sião, libertar o reino do obscurantismo em que se vê mergulhada a região, em que outros permanecem pelo isolamento, abrindo o Sião à penetração dos ideais e da cultura ocidental, que por superior terá a autoridade de moldar o reino siamês à sua semelhança.

Dez anos mais tarde, surge em Hollywood uma nova produção da 20th Century Fox, que retoma o tema do original de Cromwell. “*O Rei e Eu*”⁶, produzido por Walter Lang, contou com Yul Brynner e Débora Kerr nos principais papéis. Esta obra, exibida pela primeira vez em 1956, transpunha para a tela um musical da Broadway, de 1951, com o mesmo nome, da autoria de Richard Rodgers e Oscar Hammerstein. O sucesso entre o público norte-americano determinou a sua adaptação à tela. A versão cinematográfica contava igualmente com a colaboração da reconhecida dupla de produtores musicais, que conceberam a música e o roteiro, criando um dos musicais mais aclamados da história de Hollywood.

Ambos os argumentos destes dois filmes seguem a orientação de outras produções cinematográficas de Hollywood da época, que pretendiam mostrar uma reflexão, sob a perspectiva ocidental, sobre os encontros e experiências de europeus e norte-americanos com nativos, em regiões do continente asiático⁷. Têm a sua origem nos diários de Anna Leonowens, nascida na Índia de uma família britânica, e relatam a sua estadia de seis anos no Sião, a serviço na corte do rei siamês⁸. Sobre o tempo que passou em Bangucoque, Anna escreveu um livro de memórias: *The English Governess at the Siamese Court*, publicado nos EUA em 1870, seguido por outra obra, *The Romance of the Harem*, publicada em 1872, versando igualmente sobre a sua estadia no palácio⁹.

⁶Rodgers And Hammerstein's *The King And I* (1956), de Walter Lang, com Yul Brynner e Deborah Kerr, música de Richard Rodgers e argumento de Oscar Hammerstein II, 20th Century Fox. Estreia no Brasil a 9 de Julho de 1956. Banido da Tailândia, pelos erros históricos e por desrespeito à monarquia. De visita aos EUA em 1960, o rei tailandês Bhumibol, bisneto de Mongkut, explica o porquê do filme ter sido banido: “daquilo que puderam ver nas críticas do musical, a caracterização de Mongkut pareceu 90 por cento exagerada. O meu tataravô era realmente um homem bom e gentil”. Durante a sua visita a Nova York, em 1985, a rainha Sirikit assistiu ao musical na Broadway a convite de Yul Brynner. O embaixador da Tailândia nos EUA explicou a proibição do filme de Lang na Tailândia: “a sua atitude etnocêntrica é um insulto coberto a toda a nação siamesa considerada como infantil e inferior ao ocidente”. ‘King’s Ears Won’t Hear Songs From “King and I”’, *Washington Post* (28 June 1960), pg. C1; Marguerite Higgins, ‘Siam King Found Shy And Welfare-Minded’, *Washington Post* (30 August 1951), pg. B11.

⁷ Como exemplo, podemos citar *The Flower Drum Song*, de Richard Rodgers e Oscar Hammerstein II, de 1958. <http://www.imdb.com/title/tt0054885/>, acedida em Janeiro de 2011.

⁸ Mongkut (Rama IV) foi o 4º monarca da Dinastia Chakri, e governou o Sião de 1851 a 1868 (WYATT, 1984: 278).

⁹ Ambos os livros foram traduzidos e publicados na Tailândia.

Estas duas obras vão ser resgatadas, quando Rodgers e Hammenstein adquirem os direitos de Margaret Landon¹⁰, escritora norte-americana que publica, em 1944, “*Anna and the King of Siam*”, versão ficcionada das memórias de Anna num encontro entre duas culturas, transcritas num amor não consumado, entre a professora inglesa e o monarca siamês. Ao adaptarem a última versão da história de Anna, Rodgers e Hammenstein vão conceber um filme que vai reforçar a função ideológica esboçada na obra de Cromwell, e funcionar historicamente ao nível da justificação ideológica do colonialismo, num determinado momento histórico no qual os EUA necessitavam de um aparato que tornasse válida a escalada de intervenção norte-americana no Sudeste Asiático, iniciada na década de 40, logo após a II Guerra Mundial.

Esta função, no entanto, só foi possível porque secundada pelo facto de que as manifestações culturais ocidentais se outorgariam o domínio do conhecimento da realidade, se permitindo ditar conceitos e ideias que prevaleceriam por todo o século XIX e que lhes prolongou a validade, ao adquirirem o estatuto de autoridade, por não admitirem contestação (SAID, 2004: 37)¹¹.

Assim, o Sião, cuja representação disponível foi, para os ocidentais e durante décadas, a imagem que Anna descrevera nas suas obras, vai voltar a ser idealizado, desta vez não só através dos quadros de Hollywood, mas de uma segunda visão ocidental que a romantiza, para em seguida ser inserida na tradição orientalista que caracterizava os musicais produzidos para a Broadway. O Orientalismo passa então, mediante uma vontade expressa em exercer o controlo territorial sobre a região, de discurso erudito a instituição imperial (SAID, 2005: 111)¹².

A situação política siamesa associada ao momento que Anna descreve nas suas memórias, é a cifra do que estava acontecendo no Sudeste Asiático no seu todo, por altura da estreia de ambos os filmes: em 1946, em plena II Guerra Mundial a se desenvolvendo no Pacífico, sua frente mais dramática, e dez anos mais tarde, em 1956, antecedendo a invasão norte-americana ao Vietnã¹³, em mais uma investida no pós-guerra. Este último avanço seria ensaiado pelos EUA em perseguição dos seus objetivos principais, a contenção do poder

¹⁰ 7 de Setembro de 1903 – 4 de Dezembro de 1993.

¹¹ O orientalismo, ou a concepção ocidental do Oriente, permitiu dividir o mundo em duas grandes regiões em tensão, no qual uma tem a força e domina, e a outra é reduzida a uma população subjugada, cujo carácter inferior reivindicava a direção europeia sobre os seus destinos. O ato de poder, o que determina que o Orientalismo seja um exercício de poder, encontra-se precisamente nesta relação entre Ocidente e Oriente, na qual a autoridade do orientalista, a única que pode mediar esta relação (sem a qual o Oriente não existe), convoca imagens que assinalam defeitos e virtudes da língua, povo e civilização e permite o discurso civilizador da missão imperialista, sem permitir qualquer dialética entre as partes envolvidas. Para Said, esta relação significava igualmente que o saber não existe sem se constituir ao mesmo tempo como poder.

¹² *South Pacific* de Richard Rodgers e Oscar Hammerstein II, de 1958, baseada em contos de James Michener sobre uma base americana no Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial.

¹³ Guerra do Vietnã, ou Guerra da América (1959 - 30 de Abril de 1975).

comunista no Sudeste Asiático e a expansão económica norte-americana na região (STOCKWELL, 2004: 15, 33).

A vitória dos Aliados na II Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria lançaram os EUA, em meados de 40, à conquista de bases asiáticas que servissem sua política externa tanto no que à contenção do avanço do comunismo soviético dizia respeito, como que lhes permitisse consolidar o sistema económico liberal à escala planetária, implicando para tal a supressão das economias tradicionais asiáticas, consolidando deste modo a hegemonia económica norte-americana¹⁴.

Paralelamente, esta influência sem precedentes, em particular no Sudeste Asiático, se propôs ser, desde logo, propagada de modo ser acolhida favoravelmente pela opinião pública norte-americana, sendo que esta disposição política cedo se respaldou em diversas áreas da cultura norte-americana, tornando a poderosa produção teatral e cinematográfica dos EUA prolífera em obras que tinham como objetivo principal, justificar a presença inédita dos EUA numa região improvável, ao apresentar ao público norte-americano os fundamentos e os desígnios da política externa de Washington para com o Sudeste Asiático, seus governos e suas populações. A mensagem veiculada, dirigida a nível doméstico, se dispunha a incutir o reconhecimento da existência de um vínculo, ou fim comum, entre a população norte-americana e esses países remotos, muitas vezes desconhecidos, ou não compreendidos na sua diversidade e distância, o que justificaria definitivamente a intervenção dos EUA, consolidada pela compreensão e consequente apoio da sociedade civil norte-americana, e a execução do seu programa político para o Sudeste Asiático. Finalmente, a ideologia patente na obra faz convergir as perspectivas para uma aprovação garantida.

Esta tendência se manteve durante a década de 50, à medida que aumentava o compromisso norte-americano no Sudeste Asiático e a Guerra do Vietnam previa um desfecho imprevisível para a hegemonia do modelo liberal norte-americano. E é conseguida através do recurso ao tema “oriental”, recorrente neste período, que não só descrevia norte-americanos interagindo com povos e culturas asiáticas como descrevia as diversas populações do Índico e Pacífico fazendo recurso de um discurso orientalista, agregado à expansão norte-americana: a ideia de que sem a ajuda dos conselheiros ocidentais os povos do Sudeste Asiático não conseguiam compreender a sua vida nem o seu lugar no mundo e que os ocidentais, donos do conhecimento científico, se propunham guiar os povos bárbaros no

¹⁴ Os EUA, que não detinham posições na Ásia, começam a sua incursão no continente em 1833, como parte do movimento de neocolonialismo encabeçada pela Grã-Bretanha e França que submeteu o continente asiático durante o séc. XIX: no Sião tentam um tratado de comércio em 1833 com Edmund Roberts. Em 1856 Towsend Harris assina um novo tratado, após o tratado de John Bowring (1855) que estabeleceu no reino um regime de extraterritorialidade e o submeteu à abertura ao "livre comércio". As potências ocidentais passam a partir de então a executar a diplomacia da canhoneira como forma de negociação que se estende a todo o Pacífico e Mar da China – vergados pelo imperialismo britânico, francês e norte-americano.

caminho do progresso e do saber, ou seja, da civilização (KLEIN, 2003). Lograr esse objetivo implicava deixar se instruir.

A produção de filmes para propagar junto do público norte-americano uma perspectiva cultural sobre o Sudeste Asiático, concebida desde fora, se deveu igualmente ao facto de se poder dispor de Hollywood, e de este aparato se ter constituído desde logo numa imensa indústria cultural de expansão gigantesca, que controlava a distribuição de filmes pelo mercado mundial. Veículo hegemónico de ideias e conceitos, uma vez consolidada a indústria sob a forma de monopólio, logrou um espaço essencial de difusão da imagem que o império projetava de si mesmo, que permitiu ao cinema ser usado como instrumento de manipulação ideológica, tanto maior quanto mais concentrada se tornava a produção cinematográfica – e Hollywood afirma-se como veículo da ideologia norte-americana.

Partindo destes dois filmes, realizados em momentos chave da política externa norte-americana para com o Sudeste Asiático, analisaremos três fragmentos fundamentais à mensagem que o enredo pretende canalizar, para nos permitir compreender de que modo a contribuição da obra cinematográfica norte-americana entre as décadas de 40-50 serviu de instrumento ideológico, dirigido em grande parte ao seu mercado interno, tornando assim legítima, junto da população norte-americana, a intervenção dos EUA na Ásia durante e após a II Guerra Mundial.

Metáfora do convite

Anna chega ao Sião a convite do rei, com o objetivo de ajudá-lo na tarefa de educar a sua corte e o seu sucessor, dentro de valores ocidentais. É um convite, não uma imposição, logo Anna tem pedidos que gostaria de ver atendidos: não aceita se hospedar no palácio, “quer uma casa inglesa apropriada”, um espaço para si enquanto permanece no reino, a fim de poder levar a termo o que o rei lhe pede. Confrontada com as hierarquias, com as quais não concorda e permanentemente desafia, ameaça sair do reino sem cumprir o contrato.

O rei acaba por ceder e entregar uma casa a Anna, pois considera a sua importância na corte demasiado valiosa, já que ela personifica a cultura europeia, capaz de trazer o progresso. Assim, temos uma situação em que o oriente chama o ocidente, abre as portas para as mudanças que o outro trás, inspiradas em valores da sua própria cultura. O ocidente oferece a sua ajuda, operando com a ideologia explícita que criara – a imposição de valores europeus em ordem a melhorar uma situação existente, tida como bárbara. Não se impõe, mas tem condições sob pena de não intervir se estas não forem atendidas.

O oriente, por sua vez, reduzido à antítese do ocidente, não tem outra coisa a fazer senão aceitar esse comportamento progressivo, que mais não é que uma justificação para o domínio.

Metáfora da sedução pelos valores e conhecimento ocidentais

À medida que o enredo avança, o rei siamês tende a reconhecer nas potências ocidentais os modelos que deve seguir e é lentamente seduzido para a abertura aos valores ocidentais propostos por Anna, pelo fascínio do seu discurso científico e conhecedor, a autoridade que se reflete na sua figura e que a torna incontestável e necessária. O rei vai ganhando a sua confiança acabando por acreditar que o melhor para o futuro do seu reino é abraçar os costumes e cultura de países mais desenvolvidos e poderosos, ou seja, ocidentais.

Tal aspiração é traduzida no filme por uma relação erótica prometida mas não consumada, cifra de um desejo que parece requerer a reforma total das instituições políticas siamesas para poder ser possível. Pois, por sua parte, Anna, que sustenta a imposição da superioridade dos seus valores através da redução da identidade siamesa, subvertendo a especificidade da cultura siamesa com generalizações e ressaltando a inferioridade na sua diferença, usa os seus princípios éticos e políticos para colocar em causa as instituições siamesas, que as acusa de bárbaras, autoritárias, arbitrárias e cruéis. Estas têm que ser forçosamente eliminadas e substituídas pelas instituições ocidentais, mais democráticas e portanto, civilizadas, se o país quiser avançar a par com as outras nações mundiais¹⁵.

Assim, o estado de barbárie justifica uma intervenção. O rei, por seu lado, acolhe o confronto da visão siamesa do mundo com a própria visão de Anna, e atribui a esta o estatuto de verdade.¹⁶

Metáfora da adoção

Ao longo do filme, Anna sai da relação entre professora-alunos para estendê-la à de professora-rei, metáfora de uma relação matrimonial, da uma união fértil entre o Oriente e

¹⁵ Negociadas as modificações permitiu ao ocidente penetrar no país e estender o projeto liberal de livre-mercado – condena a violência, mas a substituição é feita de forma violenta.

¹⁶ Um mapa geopolítico do mundo, trazido da Grã-Bretanha, é usado por Anna para substituir o mapa existente na escola, e que representava o continente asiático e o império siamês, que delimitava o reino a uma área do tamanho da China. O mapa de Anna reduz consideravelmente o tamanho do reino siamês; para além de ser uma representação eurocêntrica do mundo, exhibe acima de tudo a dimensão da presença imperial das potências europeias na região, onde o reino do Sião aparece rodeado pelas colônias inglesas e francesas, estabelecidas em regiões que outrora haviam sido vizinhos independentes ou reinos suseranos dos governos siamês ingleses na Ásia, o seu império colonial asiático, sobretudo ao redor do reino do Sião, estando este delimitado pela presença colonial.

Ocidente da qual a substituição do filho de Anna pelo filho do rei é a máxima expressão, num jogo que duplica e eleva a uma segunda potência a leitura política deste filme: ao querer deixar o reino Anna é confrontada com o pedido do herdeiro que lhe confia a sua dependência, nos ensinamentos que ela lhe pode trazer. Sem a presença civilizadora de Anna, o reino continuará mergulhado na escuridão.

Anna sente que não pode mudar o presente, mas acredita numa transformação para o futuro, e neste conflito sobre a sua missão no Sião, sente que se tornando responsável pelo príncipe herdeiro, continuará a lançar as bases da civilização ocidental, e que estas poderão ser eventualmente resgatadas por outros, num Sião que caminha em direção ao progresso.

Como dissemos, a história da relação entre Anna e rei do Sião serve de parábola à relação que o governo norte-americano manteve com a região do Sudeste da Ásia, que a seguir à II Guerra Mundial viu a influência norte-americana crescer no Pacífico, apossando territórios, submetendo povos, projetando e perpetuando ditaduras, em prol da hegemonia económica e cultural do modelo liberal.

Esboçada assim a pretensão destas obras cinematográficas – a de justificar ideologicamente a intervenção dos EUA no Sudeste Asiático – não podemos deixar de referir, para concluir, a situação criada pela presença dos EUA dentro do mesmo movimento hegemónico, particularmente no que diz respeito ao Sião, local onde o enredo dos filmes se desenrola. Isto porque ambas as obras são igualmente contemporâneas duma época em que os EUA desenvolviam esforços de penetração na política siamesa, e que a partir da década de 40 marcou a evolução política deste país em direção ao domínio da cena política pelos militares (WYATT, 1984: 243).

O Sião, nome pelo qual foi conhecida a Tailândia até 1939, foi o único reino do Sudeste Asiático a conseguir manter a sua independência face às tentativas de penetração encetadas pelo ocidente colonialista durante o século XV. Mas em face da dinâmica da vaga neo-imperialista, verificada no continente asiático no século XIX, protagonizada pelas potências europeias e pelos EUA, o reino viu-se obrigado a negociar a manutenção da autonomia política e territorial resultando em elevadas contrapartidas que iam de encontro aos principais interesses económicos do ocidente.

Através da assinatura de tratados desiguais impostos ao monarca siamês a partir de 1855, e que deveram o seu êxito à pressão exercida pela prática da diplomacia das canhoneiras empregue pelas potências ocidentais, o governo siamês foi obrigado a consagrar ao seu reino o estatuto de território semi-colonial, pois os tratados desiguais introduziram

diversas cláusulas que permitiram a estabelecimento de formas de colonialismo informal que passaram a convergir com as instituições locais, submetendo a política e a economia tailandesa aos interesses ocidentais (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 49).

Não obstante, o modo como o Sião conduziu a sua política externa nesse momento permitiu que o reino reclamasse até os dias de hoje, uma posição única entre os demais vizinhos asiáticos, com relação às investidas europeias, apesar dos seus elevados custos.

Em 1932, um golpe de estado aboliu o carácter absoluto da monarquia siamesa, introduzindo uma constituição e um projeto político de cariz democrático. O golpe de Estado anunciava como ideal a construção de uma nação igualitária e justa, conseguida pelo governo através da lei, da constituição e da representação democrática (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 143). O programa contemplava uma reforma gradual do governo em direcção à democracia, num momento em que os efeitos da Depressão ameaçavam a economia siamesa. A partir desta reestruturação do poder, até então de base monárquica e absoluta, e com a criação de estruturas democráticas (tais como a adopção de uma constituição que estabelecia uma Assembleia Nacional e um Comissariado do Povo), o passo seguinte seria a aproximação do governo a um regime de base parlamentar, para o qual se previa uma representação eleita maioritariamente por sufrágio, depois de concluído o programa de alfabetização da população (WYATT, 1984: 244). A construção de uma nação-estado ao serviço da população previa o afastamento dos militares do poder, a fim de permitir a consolidação de um regime democrático, e a afirmação da Tailândia no Sudeste Asiático como um país livre. Contudo, a falta de apoio de base popular deixa o Partido do Povo sem poder para concorrer contra a influência dos militares, que gozavam de grande influência sobre a elite.

Em 1939 os tratados desiguais com o ocidente estavam revogados, mas o que parecia o fim do poder imperialista europeu, acaba por substituir um controlo por outro, desta vez com a emergência dos EUA na região, que estende o conteúdo ideológico da Guerra Fria ao continente asiático obrigando a região ao envolver-se na política externa norte-americana para com a Europa. Libertado do jugo colonial europeu, o Sião sai da influência europeia para se envolver na teia do apoio norte-americano na luta contra o avanço do comunismo, acabando cativo do plano de salvação norte-americano (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 140-144).

Novos actores da cena política da Tailândia do pós-guerra, que se somam aos tradicionais (os generais, os oficiais do exército e a aristocracia), para se dividirem em duas facções políticas determinantes para a evolução do sistema de governo na década seguinte, já que os desenvolvimentos seguintes obedeceram a estas duas tendências: uma facção defendendo o ideal de uma nação igualitária, liberal e justa, conseguida pelo governo através da lei, a constituição e a representação democrática; outra que defendia o ideal de estado

forte e paternal, com o dever de proteger e disciplinar uma população passiva segundo uma ordem hierárquica. São programas apresentados com a finalidade de introduzir, gradualmente, mudanças essenciais no regime de governo, nos poderes atribuídos ao primeiro-ministro e na eleição do gabinete governativo (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 162)

Apesar de limitado em alguns aspectos, o processo democrático não foi completamente destruído pelas experiências políticas do governo de Phibun Sogkhran¹⁷; contudo, estas vão contribuir, eventualmente contra o seu próprio plano inicial, para ressuscitar e consolidar instituições cada vez mais fortes e poderosas, e em processo ascendente, como a burocracia e os militares, e por fim a monarquia. Os militares vão ver o seu poder progressivamente enraizado no domínio do político e as rivalidades e a luta recorrente pelo poder, aliado a um desinteresse pela redistribuição dos recursos a nível nacional, revelam o desejo de participação do exército nos recursos do país, ao se tornarem protagonistas do poder, e à medida que o investimento estrangeiro crescia e era estimulado, e os fundos monetários norte-americanos não paravam de ingressar. Será o compromisso destas elites emergentes com a democracia que vai determinar o rumo da política tailandesa nas décadas posteriores.

O desenvolvimento económico da era Phibun ficou muito aquém do esperado numa economia de pós-guerra: apesar do investimento no sector privado poder trazer benefícios à capital, na verdade a maioria da população continuava arredada de todo o processo político, uma população predominantemente rural, que vivendo de agricultura de subsistência, raramente assistia a uma melhoria da sua condição de vida, nem mesmo aquando da mudança para um estado constitucional e democrático. Arredados do processo político e dos desenvolvimentos vindos de decisões do poder central, em parte pela distância que separava as demais regiões da capital em Bangucoque, e em parte pela mesma distância que os tornava uma população passiva no plano político, pois composta de camponeses iletrados cuja vida havia transcorrido sempre espartilhada dentro numa sociedade cuja hierarquia lhes determinava lugares inamovíveis, e na qual não se verificou, em épocas anteriores, uma tradição de sublevações e resistência. Do mesmo modo, persistiam na Tailândia problemas sociais que nunca recebiam soluções ou propostas, tais como as minorias muçulmanas das províncias a sul, que não se encontravam consideradas nos planos de desenvolvimento emanados de Bangucoque, menos ainda durante o governo de Phibun, quando a unidade nacional imposta à população apenas afastava as diversas etnias do plano nacional e incorria no tão temido risco de perturbações sociais. (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 165).

¹⁷ Primeiro-ministro, pela segunda vez, entre 1948 e 1957 (WYATT, 1984: 279).

No início da década de 50, a Tailândia encetava então o caminho para a consolidação de um estado ditatorial, que levaria a cabo uma política marcada sobretudo pelo carácter autoritário e anti-comunista que assume, herança da década de 40, quando o início da ajuda financeira à Tailândia acaba por subordinar o país à política norte-americana, e que se prolongou pela década seguinte. O constante e progressivamente ampliado patrocínio de fundos norte-americanos na Tailândia não só possibilitou o acelerar do desenvolvimento da economia de mercado no país, mas permitiu em simultâneo o reforço e consolidação da forma de governo em ditadura militar, que por sua vez alastrou o poder e controlo do estado ao nível mais profundo da sociedade, condenando a sua parte mais débil e exposta à violência contida nas suas medidas. Aqui parece residir uma das grandes viragens que se operaram na Tailândia, enquanto o país prosseguia recto ao endurecimento progressivo das elites que disputavam o poder e à pulverização de qualquer ideal democrático que pudesse ter resistido à revolução de 1932: dada a influência norte-americana, com a incursão da Tailândia no conflito da Guerra-Fria e o desenvolvimento da economia capitalista na Tailândia, desaparece a divisão de facções políticas que permitia a existência dos partidos democráticos ou programas alternativos, capazes de introduzir mudanças essenciais no regime de governo, para dar lugar a uma única forma de governo ditatorial e totalitário, e que os EUA se dedicaram em preservar. (BAKER & PHONGPAICHIT, 2005: 165).

De facto, os sucessivos governos militares que usufruíram, a partir da década de 40, do apoio norte-americano composto de fundos monetários e um plano de armamento massivo para o exército, deitaram por terra qualquer aspiração democrática esboçada pelo grupo de civis que introduzira a monarquia constitucional, já que propiciam a emergência, e posterior fortalecimento, de uma nova elite governativa, de cariz militar. Ainda que a constituição de alguns governos tenham contemplado uma organização civil com vista ao estabelecimento de uma democracia de base eleitoral, foi a ditadura militar, e a classe governativa que a constituiu, que se consolidou no poder e dominou a política do país, a partir de meados do século XX (TARLING, 2004; 264).

Em contrapartida, os EUA ganham um número importante de bases no Sudeste Asiático e um aliado na região, explorando interesses e ambições individuais que determinaram a política tailandesa, causando, a partir da década de 50, uma instabilidade sem precedentes naquele que fora o único país asiático que se mantivera à margem do sistema colonial, com sucessivos golpes de estado, anulações da constituição e ascensão sistemática de ditaduras militares, que assolaram a cena política tailandesa e minaram a frágil democracia que conseguira impor-se após o golpe de Estado de 1932.

O governo norte-americano soube explorar habilmente a ambição individual dos líderes políticos tailandeses e consolidou de forma inabalável a forma de governo militar na

Tailândia que, apoiada num exército poderoso, lhe permitiu a criação de uma situação permanente de ditadura para os anos que se seguiriam (WILSON, 1967: 243-244).

Assim sendo, constatamos que os valores democráticos estandarte da política externa norte-americana nunca se apresentaram como uma prioridade, ou mesmo um projeto (ou imposição) a serem aplicados -onde o projeto de política externa norte-americana de manutenção do sistema liberal esbarra com condicionantes, é passada por cima a questão democrática – o projeto democrático não é para todos, mas serve de teoria para uma intervenção (formal ou violenta). Os EUA, em perseguição de um dos eixos mais importante de sua política externa para a década da 50, se empenharam em fragilizar o projeto democrático tailandês. Apenas uma década após a sua implantação, ao longo da segunda metade do séc. XX, e através do seu domínio na política e economia tailandesas, reforçaram uma monarquia subsistente e condenaram o povo à marginalidade nos processos políticos, que apesar de assentes em instituições democráticas, eram em sua grande maioria processos eleitorais dominados pela corrupção, protagonizados por uma classe política caracterizada pela perseguição de interesses pessoais e pela falta de ideologia política crónica.

As consequências podem ser verificadas hoje nos recentes eventos que assistimos e que têm abalado de forma grave toda a estrutura governativa tailandesa, fazendo perpetuar a influência dos militares no poder, secundados por uma monarquia obsoleta e com consequências visíveis nos confrontos violentos que envolvem a população contra o governo, descontente contra as forças reacionárias, mas perfeitamente enraizadas.

Concluimos assim que estes dois filmes, cujo tema se baseava na oposição binária entre duas construções -o encontro entre oriente e ocidente- foram produto de dois momentos históricos distantes entre si, mas cujo propósito foi (e continua sendo) o mesmo.

A indústria cinematográfica norte-americana e o seu monopólio no domínio da produção cultural se empenhou num primeiro momento, a nível doméstico, em esboçar uma justificação para a presença dos EUA no Sudeste Asiático no período de pós-guerra: mais tarde, procurou garantir credibilidade e apoio aos conflitos que esta gerara, num segundo momento em que o desfecho de uma guerra que exigia também o sacrifício de vidas americanas parecia incerto, causando incredulidade a nível interno e uma contestação que ameaçava uma ruptura a nível social.

Mais tarde, em 1999, a recuperação do tema, no filme de Andy Tennant, deve ser considerada como a retomada do aparato ideológico que representa Hollywood, para o mesmo fim: o apoio por parte da opinião pública mundial (uma vez conquistado o apoio interno) para encontrar a legitimação das diretrizes da política externa norte-americana, empenhada ao longo da década de 90 em submeter os países asiáticos de governos não-democráticos, ou autoritários, e cujas ditaduras não só projetou como ajudou a perpetuar.

No final, sai a Ásia com a sua imagem oportunamente deturpada. Nenhuma destas obras assumiu em nenhum momento um compromisso com uma reprodução aproximada ao que seria a realidade do Sião na época, ou mesmo se deteve numa reflexão profunda sobre o carácter do seu soberano, que não fosse outra que aquela que acabou por projetar um personagem que ficaria para a memória ocidental como um governante débil, indeciso e influenciável, quase infantil. Não importa se o que se relata nestas obras é verdadeiro ou falso, ou se existe sequer qualquer correspondência com a história da Tailândia, mas sim o que significa e qual a função ideológica de um enredo no qual uma mulher inglesa ensina preceitos morais a um governante asiático e, que tal situação possa ser contemplada.

Vimos como o cinema norte-americano e a sua estratégia orientalista de representação foi capaz de criar na tela uma imagem de tal forma autoritária que, não só se limitou a abordar de forma acrítica uma imagem anteriormente explorada como veio reforçar essa mesma ideia: que os encontros entre o ocidente e o oriente teriam inevitavelmente carácter assistencial, de uma cultura superior dotada de meios para facultar um rumo à outra cultura, inferior e receptora, a fim de que esta pudesse sair do obscurantismo e alcançar um lugar entre as melhores nações.

Ainda que, a aplicação com sucesso do modelo superior tivesse como condição essencial a supressão das instituições locais (as mesmas que reuniam da cultura receptora toda a sua existência, mas que a impediam de alcançar o progresso), os benefícios da aplicação do modelo superior, ocidental ou norte-americano, que deveria ser seguido e disseminado com vista à sua implantação, justificariam assim qualquer violência.

Bibliografia

BAKER, Chris; PHONGPAICHIT, Pasuk. **A History of Thailand**. New York: Cambridge University Press, 2005.

BERNSTEIN, Matthew; STUDLAR, Gaylyn (Eds.). **Visions of the East: Orientalism in Film**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.

DOW, Leslie Smith. **Anna Leonowens: Life Beyond The King and I**. Nova Scotia: Pottersfield Press, 1991.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIEDRICH, Otto. **A cidade das redes: Hollywood nos anos 40**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GRISWOLD, Alexander. King Mongkut in Perspective. **Journal of the Siam Society**, n. 45, p.1-41, 1957.

HANHIMÄKI, Jussi M. **The Flawed Architect: Henry Kissinger and American Foreign Policy**. New York: Oxford University Press, 2004.

- HOLLAND, C. **The Story of Anna and the King**. New York: Harper Perennial, 1999.
- HOUSTON, Kerr. "Siam Not So Small!" Maps, History, and Gender in The King and I. **Camera Obscura**, n.20, p. 73-117, 2005.
- JORY, Patrick. The King and us - Representations of monarchy in Thailand and the case of Anna and the King. **International Journal of Cultural Studies**, v. 4, n. 2, p. 201-218, 2001.
- KLEIN, Christina. **Cold War orientalism: Asia in the middlebrow imagination, 1945-1961**. Berkeley: University of California, 2003.
- LANDON, Margaret. **Anna and the King of Siam**. New York: Harper Collins, 2000, 1944.
- LEONOWENS, Anna. **Siamese Harem Life**. London: Arthur Barker Ltd, 1972 (1872).
- LEONOWENS, Anna. **The English Governess at the Siamese Court**. Singapore: Oxford University Press, 1988 (1870).
- MCCONACHIE, Bruce A. The "Oriental" Musicals of Rodgers and Hammerstein and the U.S. War in Southeast Asia. **Theatre Journal**, v.46, n.3, Colonial/Postcolonial Theatre, p. 385-398, oct.1994.
- MOFFAT, Abbot Low. **Mongkut: the King of Siam**. Ithaca: Cornell University Press, 1961.
- MORGAN, Susan. **Bombay Anna: The Real Story and Remarkable Adventures of the King and I Governess**. Los Angeles: University of California Press, 2008.
- ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.
- SCHATZ, Thomas. **O gênio do sistema: a era dos estúdios em Hollywood**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SHIH Shun Liu. **Extraterritoriality - Its Rise and Its Decline**. New York: Columbia University, 1925.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas: Papirus, 2003.
- STOCKWELL, A.J. Southeast Asia in War and Peace: The end of European empires. In: TARLING, Nicholas (ed.). **The Cambridge History of Southeast Asia**. From World War II to the Present. New York: Cambridge University Press, 2004.
- TRIPASAI, Pornsawan. **Debating Anna: The Textual Politics of English Literature Teaching in Thailand**. Disponível em: <http://www.aare.edu.au/o4pap/trio4046.pdf>.
- VAN ESTERIK, Penny. Anna and the King: Digesting Difference. **South East Asia Research**, v.14, n.2, p. 289-307, July 2006.
- VEILLON, Olivier-René. **O cinema americano dos anos 50**. Trad. Marina Apenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WILSON, David. Los militares en las políticas de Tailandia. In: SHILS, Eward (Org.) **Los militares y los países en desarrollo: América Latina, Medio Oriente, Indonesia, Birmania, Tailandia, Israel, África del Sur**. Buenos Aires: Pleamar, 1967.

WINICHKUL, Thongchai. **Siam Mapped**: A History of the Geo-Body of a Nation. Honolulu: University of Hawaii Press, 1994.

WYATT, David K. Thailand. **A Short History**. Bangkok: Silkworm Books, 1984.

Artigo recebido em 10/03/2011

Artigo aceito em 27/07/2011